

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

**“MORRAM OS EUROPEUS!”:
A INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA REVOLUÇÃO NO
BAIXO TOCANTINS, PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ**

**“LET THE EUROPEANS DIE!”:
BRAZILIAN INDEPENDENCE FROM THE PERSPECTIVE OF THE
REVOLUTION IN BAIXO TOCANTINS, PROVINCE OF GRÃO-PARÁ**

**“¡QUE MUERAN LOS EUROPEOS!”:
LA INDEPENDENCIA DE BRASIL DESDE LA PERSPECTIVA DE LA
REVOLUCIÓN EN EL BAIXO TOCANTINS, PROVINCIA DE GRÃO-PARÁ**

Adilson J. I. Brito¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de Independência brasileira na antiga Província do Grão-Pará, com foco nas disputas políticas ocorridas na região do Baixo Tocantins. Formada pelas vilas de Cametá, Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú, Portel, Baião, Beja e Conde, essa vasta região mergulhou num turbilhão de intensas lutas políticas e sociais, ambientadas na complexa e violenta formação do Estado e da Nação, cujas manifestações mais contundentes, interpretadas a partir da análise da correspondência oficial da época e do diálogo com a historiografia recente, indicam a pouca estabilidade do conceito de “unidade nacional” e a emergência de projetos variados de futuro protagonizados por pessoas das “baixas esferas” da sociedade, sobretudo negros, indígenas, desertores e demais despossuídos. O resultado mais estável desta investigação é a de que o processo de Adesão do Pará à Independência está longe de ter sido pacífico e restrito socialmente às elites políticas da década de 1820, e descortina uma realidade mais ampla e intrincada de revoluções populares na construção da nação brasileira.

Palavras-Chaves: Independência Brasileira; Império do Brasil; Revolução; Adesão do Pará; Revoltas Populares.

Abstract

This article aims to discuss the process of Brazilian Independence in the former Province of Grão-Pará, focusing on the political disputes that took place in the Baixo Tocantins region. Formed by the villages of Cametá, Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú, Portel, Baião, Beja and Conde, this vast region plunged into a whirlwind of intense political and social struggles, set within the complex and violent formation of the State and the Nation, whose most blunt statements, interpreted from the analysis of official correspondence of the time and the dialogue with recent historiography, indicate the lack of stability in the concept of “national unity” and the emergence of varied projects for the future led by people from the “lower spheres” of society, especially black people, indigenous people, deserters and other dispossessed people. The most stable result of this investigation is that the process of Pará's accession to Independence is far from having been peaceful and socially restricted to the political elites of the 1820s, and reveals a broader and more intricate reality of popular revolutions in the construction of the nation Brazilian.

Keywords: Brazilian Independence; Empire of Brazil; Revolution; Accession of Pará; Popular Revolts.

¹ Historiador. E-mail: clio051@yahoo.com.br

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el proceso de Independencia de Brasil en la antigua Provincia de Grão-Pará, centrándose en las disputas políticas que tuvieron lugar en la región del Baixo Tocantins. Formada por los pueblos de Cametá, Abaeté, Igarapé-Miri, Mojú, Portel, Baião, Beja y Conde, esta vasta región se sumió en un torbellino de intensas luchas políticas y sociales, enmarcadas en la compleja y violenta formación del Estado y la Nación, cuyas declaraciones más contundentes, interpretadas a partir del análisis de la correspondencia oficial de la época y del diálogo con la historiografía reciente, indican la falta de estabilidad en el concepto de “unidad nacional” y el surgimiento de variados proyectos de futuro liderados por gente del “esferas inferiores” de la sociedad, especialmente los negros, los indígenas, los desertores y otros desposeídos. El resultado más estable de esta investigación es que el proceso de acceso de Pará a la Independencia está lejos de haber sido pacífico y socialmente restringido a las elites políticas de la década de 1820, y revela una realidad más amplia y más intrincada de las revoluciones populares en la construcción de la nación brasileña.

Palabras clave: Independencia de Brasil; Imperio de Brasil; Revolución; Adhesión de Pará; Revueltas Populares.

INTRODUÇÃO

No dia sete de outubro de 1822, uma reunião extraordinária dos membros da Junta Provisória do Governo da Província do Grão-Pará foi convocada às pressas. A pauta principal era a de discutir como seria feita a defesa da cidade de Belém em caso de um possível ataque militar oriundo da recém-proclamada Corte do Rio de Janeiro. Toda essa agonia foi originada da notícia de que um periódico de São Luiz, *O Conciliador do Maranhão*, havia publicado, informando que uma flotilha de guerra da Corte imperial havia fundeado na barra da cidade do Recife, com o intuito de forçar a Província de Pernambuco a alinhar-se ao governo “nacional” recém-instalado no sul. Os integrantes da Junta de Governo manifestaram a necessidade de traçar estratégias imediatas para a defesa da Província e, principalmente, de sua capital.²

Em caráter de unanimidade, decidiram providenciar um pacote de ações que tinha por meta primeira a defesa da cidade de Belém. Primeiro, deveria ser posicionado um canhão da Ilha dos Periquitos, defronte da cidade, juntamente com o deslocamento da recém construída Fragata Carolina para oeste da Fortaleza da Barra; em seguida, foi encaminhada a formação de uma bateria naval volante situada em Val-de-Cães, que deveria se movimentar para onde melhor conviesse em caso de invasão pelo rio, além da execução de reformas emergenciais nos fortes do Castelo e de São Pedro Nolasco; e, finalmente, deveria ser constituído imediatamente um corpo de voluntários para integrar as tropas de 1ª e 2ª linhas, que tinham sido dizimadas pela epidemia de “bexigas” há poucos anos antes, fazendo-se uma proclamação pública para que todos os “paraenses” anuissem ao alistamento.

A dita proclamação foi realizada no Largo do Palácio do Governo em 15 de outubro de 1822. No texto

² Ata da reunião extraordinária dos membros da Junta Provisória do Governo Civil da Província do Grão-Pará, datada em 07/10/1822. AHU_ACL_CU_013, Cx. 157, D. 11988. (Projeto Resgate de Documentação Histórica *Barão do Rio Branco*. Documentos avulsos da Capitania do Grão-Pará).

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

lido em praça pública, ficou clara a importância que o significado da Pátria deveria ter na vida de cada cidadão, principalmente depois do “ditoso dia primeiro de Janeiro de 1821”, dia da Adesão do Pará à Revolução Constitucional do Porto, pois:

preenchendo os Votos da Natureza e da Sociedade, mostramos ser dignos Descendentes dos primeiros Lusos, vinculamos mais estreitamente a fraternidade que enlaça a dispersa lusa gente, e reganhamos uma Pátria, que se tinha tornado a partilha de um pequeno número de ambiciosos.³

Parecia ser importante para os detentores do poder no Grão-Pará bater nessa tecla da consolidação de uma compreensão geral que a opinião pública deveria ter em relação aos conceitos de “pátria” e “nação” na reordenação político-jurídica proposta pelo constitucionalismo português. Dada a insistente relação discursiva tecida com as noções de “união” e/ou “reunião” de pensamentos individuais, “pátria” e “nação” denotavam não serem conhecimentos nada elementares para aquela sociedade, antes possuindo diversas e diferentes significações, carregadas tanto de expressões agregadoras como de dispersão (POCOCK, 2003; KOSELLECK, 2006).

Essa instabilidade dos conceitos políticos durante o processo de Independência brasileira contrasta com a homogeneidade de formação da nacionalidade brasileira construída pela historiografia do Império (COSTA, 2005, p. 53-118). Inicialmente, pareceu interessante para as instituições monárquicas, sobretudo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), construir um sentido histórico para esse processo a partir da ideia de “separação política”, em que o fabrico da Nação brasileira pudesse ser visualizado a partir do legado deixado pela civilização europeia. Tiveram grande destaque as obras de Carl Phillip von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil* (1843) e a *História Geral do Brasil* (1854) de Francisco Adolfo de Varnhagen (MARTIUS, 1845, p. 381-403; VARNHAGEN, 1854; VARNHAGEN, 1916).

Essa matriz interpretativa de grande prestígio centrou a narrativa histórica unicamente no plano institucional das relações políticas, no qual a ação dos grupos dirigentes foi considerada como “motor” da Independência brasileira. Isso perpassa pela própria definição negativa com que citavam o conceito de *revolução* no palco dos embates políticos, pois todos concordavam em pelo menos um ponto: a ação política não poderia estar nas mãos do “populacho” ou de qualquer facção que propusesse uma aliança com esses grupos. Desprovidos de ciência e de razão, embrutecidos pela raça, pela pobreza e pelo analfabetismo, as pessoas comuns das vilas e províncias representavam, desse modo, a face horrorosa e “espasmódica”⁴ da anarquia e o perigo de desagregação das instituições monárquicas, encarnadas na luta entre a Civilização *versus* a barbárie.

A leitura da documentação referente à conjuntura de crise do Antigo Regime no Grão-Pará, e das

³ Idem, p. 2 e 3.

⁴ Sobre a “visão espasmódica”, sem propriamente ideias e ações políticas, atribuída aos protestos da multidão inglesa no século XVIII, vide: THOMPSON (1998).

instituições que lhes serviam de base, logo nos conduz a uma realidade bem diferente dessa narrativa historiográfica, especialmente no que concerne ao envolvimento das camadas marginalizadas. Expectativas, projetos, articulações, sonhos, visões de mundo construídos nas margens daquela sociedade branca e hegemonicamente europeia formaram representações muito interessantes sobre os acontecimentos políticos, que remetiam aos lugares comuns da vida cotidiana das vilas, das povoações e dos lugares, que não deixam dúvidas de que foram construídas leituras do processo de Independência como um tempo de transformação. A irrupção de fraturas e oposições no interior do processo de acomodação das estruturas políticas do Brasil independente indica, ainda, o quanto de complexidade existe para se refletir, especialmente no que tange aos projetos originais de revolução de independência na Província do Pará.

Estamos tratando de representações e práticas políticas absolutamente reais, enredadas que estavam na complexidade de uma conjuntura completamente imprevisível. Nesse sentido, abordaremos a região do Baixo Tocantins a partir de um olhar mais amplo da população, com o objetivo de mostrar o peso político desse espaço dentro da antiga Província do Grão-Pará. Em seguida, discutiremos acontecimentos políticos protagonizados por coletivos sociais marginalizados e suas visões de mundo relacionadas ao processo de Independência, notadamente o de guerra racial contra os defensores da causa portuguesa, condensados semanticamente na expressão “Morram os europeus!”.

A REGIÃO DO BAIXO TOCANTINS

A importância da região do Baixo Tocantins para a configuração política da Província do Grão-Pará não era pequena, primeira por causa de sua demografia. Segundo levantamentos estatísticos de Antônio Ladislau Monteiro Baena (2004), em seu notável *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, obra panorâmica e fundamental sobre a situação da província na primeira metade do século XIX, essa importante região, que tinha como centro político-administrativo a Vila de Cameté, possuía uma população total de 39.143 habitantes (Tabela 1).⁵ Esses dados asseguram que, excetuando-se a capital da província, a Vila de Cameté era a mais populosa de toda a província. A numerosa população da vila, no entanto, não se concentrava no meio urbano, mas nos mais diversos distritos rurais, onde se situavam as principais atividades econômicas. Aliás, esse era o segundo diferencial do baixo Tocantins, cuja região era grande produtora de mandioca, cacau, café, anil, algodão, arroz, tabaco, urucum e cana-de-açúcar. As primeiras quatro culturas agrárias, no entanto, sofreram grandes incrementos no século XVIII por conta dos incentivos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, tendo sido implantadas segundo a lógica monopolista de comércio e assentada não mão de obra indígena e africana escravizada. Essa estrutura produtiva montada para atender às demandas do Reino mudou rapidamente a paisagem local, tendo sido as margens do Tocantins rapidamente ocupadas por fazendas

⁵ Trabalho verdadeiramente monumental de pesquisa de dados sobre aspectos variados da província do Pará, o *Ensaio corográfico* foi escrito por Antonio Baena entre 1823 e 1833, tendo sido publicado os primeiros 300 exemplares às expensas da tesouraria provincial na gestão do presidente Bernardo de Souza Franco em 1839.1

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

de médio e grande porte, aglutinando grande número de trabalhadores negros e indígenas (MENESES, 1998; BEZERRA NETO, 2001; VERGOLINO-HENRY, FIGUEIREDO, 1990, p. 38-66).

Tabela 1: População habitante das vilas e lugares da região do baixo Tocantins.

Vilas e lugares do Baixo Tocantins	Nº de habitantes
Cametá	9.450
Melgaço	5.719
Abaité	4.064
Oeiras	3.944
Igarapé-Miri	3.573
Muaná*	3.523
Mojú	3.157
Portel	2.250
Baião	1.950
Beja	886
Conde	400
Breves	227
Total de habitantes	39.143

Fonte: BAENA, 2004.

* Embora a localização geográfica da vila de Muaná estivesse fora da região do baixo Tocantins, sendo no arquipélago do Marajó e subordinada à comarca de mesmo nome, consideramos interessante integrá-la no conjunto revolucionário tocantinense pelas constantes vinculações entre os acontecimentos da área de influência de Cametá e circunvizinhanças, produzidos tanto pelas autoridades locais como pela rede de relações sub-reptícias da política popular. Lembramos, ainda, que o critério predominante escolhido para o agrupamento das vilas e lugares das diversas regiões da província nessas tabelas demográficas é o político e não o espacial, podendo uma ou outra localidade poderá estar fora de seu lugar institucionalizado pelo Estado.

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

No entanto, quando situada nos embates políticos do contexto independentista, temos que considerar que a região do Baixo Tocantins aglutinava *politicamente* um espaço de grandes proporções que abrangia vilas e lugares geograficamente situadas no arquipélago do Marajó, cujo centro nervoso, Cametá, constituía-se na referência mais importante de “lugar de índios”, ou seja, uma localidade que tinha sob controle substancial parcela de trabalhadores indígenas (Tabela 2).

Tabela 2: Percentual de homens livres e escravos nas vilas e lugares do Baixo Tocantins.

Vilas do Baixo Tocantins	Nº de homens livres	Nº de escravos	% de livres	% de escravos
Cametá	8.068	1.382	85,37%	14,6%
Melgaço	4.615	1.104	80,6%	19,3%
Abaité	2.425	1.639	59,6%	40,3%
Oeiras	3.621	323	91,8%	8,1%
Igarapé-Miri	1.734	1.839	48,5%	51,4%
Muaná	3.021	503	85,7%	14,2%
Mojú	1.429	1.728	45,2%	54,7%
Portel	2.170	80	96,4%	3,5%
Baião	1.500	450	76,92%	23,07%
Beja	886	-	100%	0%
Conde	400	-	100%	0%
Breves	227	-	100%	0%
Total /Média %	30.096	9.048	80,84%	19,15%

Fonte: BAENA, 2004.

À primeira vista, parece assente que existia uma enorme diferença entre a porcentagem de homens livres e de escravos, respectivamente de 80,84% e 19,15%. A balança parece ser mais equivalente em pelo menos duas vilas, a de Igarapé-Miri e a do Mojú, que apresentaram diferenças relativamente pequenas de 2,9%

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

e 9,5% respectivamente. O que esses números podem nos dizer? Em primeiro lugar, as estatísticas contidas no *Ensaio corográfico* indicam que a grande proporção de homens livres na região Tocantins representa maior desigualdade social, porque a esmagadora maioria desses sujeitos eram pobres, tinham pouca ou nenhuma posse, e eram os mais visados pelos recrutamentos para as milícias de ligeiros, justamente aquela parte das tropas que era mais utilizada como mão de obra para o trabalho nos negócios da Província.

Portanto, os conflitos que marcaram essa região entre 1822 e 1824 seriam protagonizados por esses “índios rudes”, muitas vezes aliados aos mestiços e aos próprios negros escravizados, colocados à margem das benesses do recém-instalado Império do Brasil. Um exemplo demonstrativo desse quadro reside em uma lista de recrutas presos por crime de deserção em Cametá e cercanias, composta por 33 soldados que, ao que tudo indica, se solidarizaram na fuga e nas ações de insubordinação pelo espaço público da vila e matos próximos e distantes. Nessa lista aparecem 18 descritos como “índios”, 12 descritos como “mestiços”, “cafuzos” e “mulatos”, e apenas 3 descritos como “pretos”. Contudo, chama a atenção as observações colocadas ao lado dos nomes desses recrutas, o que indicam os possíveis motivos das prisões, pois 29 caíram nas mãos das tropas por serem “vadios”, “sem estabelecimento”, “vagabundos”, “sem domicílios”, “ociosos”, ou ainda um amálgama de desvios, como no caso do índio Manoel Luiz que foi preso por ser “revoltoso e sem estabelecimento”. Outros casos ainda trazem observações curiosas, como são os casos do cafuzo Felipe Antonio, preso por três agravantes “casado com uma escrava, é turbulento e de mau comportamento”, ou ainda o mulato Joaquim José de Freitas que foi preso por ser “Desconhecido e julga-se ser desertor, foi preso no Matto” e do mestiço Athinázio Ratto que foi preso por ser “casado, sem estabelecimento e acoutador de desertores”.⁶

Como espaço de grande desigualdade social e racial, a região do Baixo Tocantins acabou por figurar, na correspondência oficial, como um lugar de grandes problemas políticos. Manifestações variadas de descontentamento começaram a caracterizar o cotidiano da região, sobretudo a vila de Cametá. As primeiras correspondências trocadas com esse teor entre a Junta Provisória de Belém e os grupos dirigentes daquele lugar datam de maio de 1822, quando começava a se delinear a preocupação com “os muitos soldados desertores e pretos fugidos que se acham perpetrando crimes nos contornos dessa Vila de Cametá”.⁷ Daí em diante, esse assunto seria recorrente na comunicação oficial, o que já demonstra os traços com que o constitucionalismo vintista português se revestiu na vila, despertando aqueles mesmos sentimentos de altivez insubordinação e violência manifestados na capital e em outros pontos da Província,⁸ como foi o caso do cafuzo Lázaro

⁶ “Relação dos Recrutas que vão presos à Respeitável Presença do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador da Junta Provisória”, Cametá em 04/04/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814- 1823). APEP.

⁷ Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Cametá, datado em 11/05/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

⁸ Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário de Cametá, datado em 11/05/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para a Câmara da Vila de Cametá, datado em 17/05/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário de Cametá, datado em 01/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Juiz Ordinário

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

Fernandes, “preso por crime de propagar ideias d’alforria, mencionando ao mesmo tempo que a Vila de Cametá de onde aquele foi mandado se levantaram e surraram o seu Senhor”⁹.

CAMETÁ, UM CENTRO DE REVOLUÇÕES RACIAIS

A assinatura formal do documento de Adesão do Pará à Independência trouxe grandes incertezas para os grupos dirigentes de vários pontos da Província. Cametá, nesse contexto, configurou um espaço de grandes insatisfações de indígenas e mestiços, que rejeitavam os serviços nos órgãos do governo, principalmente nas tropas de milícias. Avolumaram-se, na correspondência oficial, notícias sobre movimentações de indígenas como desertores dos serviços da Vila ou ainda como “vadios”, isto é, homens livres que “não tem emprego, ofício ou modo de vida conhecido”, que perambulavam pelo espaço público a propagar ditos não condizentes com a ordem das coisas.¹⁰

O princípio detonador das primeiras graves sedições políticas de Independência em Cametá e adjacências, segundo a própria historiografia (RAIOL, 1970, p. 56), foi a violenta repressão da tropa de linha sob o comando do comandante John Pascoe Grenfell, enviado da Corte do Rio de Janeiro para consolidar o alinhamento das províncias do Maranhão e do Grão-Pará, entre os dias 12 e 15 de outubro de 1823. Naquela ocasião, a morte de 263 pessoas em uma só noite, sendo cinco soldados executados a sangue frio no Largo do Palácio do Governo e o restante tendo desfalecido de asfixia no porão do Brigue São José Diligente, popularmente conhecido como “Palhaço”, causou grande impressão em toda a população de Belém, principalmente entre os revoltosos que conseguiram escapular para o interior da Província. Rapidamente, notícias desses episódios se espalharam por várias vilas, levadas pelos que testemunharam os acontecimentos, pelos que fugiram e pelos que ouviram dizer, indicando a surpreendente eficiência dos meios de comunicação utilizados pelas camadas empobrecidas, que apesar de, no máximo, possuírem alguns poucos rudimentos de leitura e de escrita, faziam com que as informações sobre a situação política que lhes diziam respeito

de Cametá, datado em 02/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 05/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 08/07/1822; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor da Comarca do Pará, datado em 12/08/1822. Todos constam do Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

⁹ Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor da Comarca do Pará, datado em 02/09/1822. Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

¹⁰ Ofício do Coronel do 2º Regimento de 1ª Linha José de Brito Inglês para o Francisco José Rodrigues Barata, Comandante da Vila de Oeiras, datado em 11/05/1823. Códice 723: Registros do Comando Militar (1821-1825). APEP; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 02/12/1822. Mesmo os pretos e forros e marinheiros que fossem compreendidos na categoria de “vadios” deveriam assentar praça de pedestres, como bem aconteceu na vila de Óbidos, no oeste da Província. Cf. Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 09/12/1822. Ofício da Junta Provisória de Governo para os Juizes Ordinários, datado em 13/01/1823; Ofício da Junta Provisória de Governo para o Ouvidor Geral, datado em 13/02/1823; Circular enviada para os Juizes Ordinários da Vila da Vigia, Colares, Vila Nova del Rei, Cintra, Igarapé-Miri, Capim, Mojú, Jangapí, Abaité, Caraparú, Acará, Janipaúba, Benfica, Bujarú, Barcarena, Maguarí, Guamá e Ilha Grande de Joanes, s/d. Todos constam do Códice 740: Correspondências da Junta com Diversos (1822-1823). APEP.

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

circulassem dinamicamente pelo espaço público, sobretudo sobre as margens do rio Tocantins.¹¹

Ao lado do aspecto chocante que envolveu os acontecimentos que se passaram em Belém,¹² outro fator ainda de maior impacto político seria um dos pilares de grande parte das sedições populares desse período: a noção cada vez mais clara de que, se nada fosse feito, as instituições características do Antigo Regime continuariam em vigor. Isso representava, do ponto de vista dos escravizados e dos homens livres “de cor”, a restrição tácita de seus direitos sociais e políticos, que culminaria com a pulverização de sua condição de cidadãos no novo regime independentista. A persistência dos métodos violentos utilizados pelo Estado para o controle da sociedade parecia ainda mais transparente por causa da permanência dos portugueses *europeus* à frente das principais atividades econômicas e políticas da Província. Aliás, e esse é um dos pontos que queremos chamar atenção aqui, o “europeu” começou a ser identificado como o inimigo a ser combatido, o privilegiado a ser excluído, a raça a ser expulsa ou exterminada, e, sobre ele, começaria a se delinear traços cada vez menos imprecisos de um violento sentimento patriótico, tanto no que tange ao rol das relações políticas formais, como nas disputas cotidianas.

Os primeiros a perceberem essa expressiva diferença identitária¹³ que começou a ser delineada no calor das lutas políticas do cotidiano foram os ingleses residentes no Pará. Eram negociantes de médio e grosso trato, que tinham negócios de exportação na cidade de Belém, Lisboa e Londres, que solicitaram ao governo a aprovação imediata de seus passaportes para que pudessem deixar a província em segurança no brigue *Mary Ellen*. A decisão dos ingleses de abandonar suas propriedades e bens não tinha outro motivo senão “a saída de força marítima” da Província, que se referia ao comandante inglês John Grenfeel, que já propagava seu retorno para o Rio de Janeiro a mando do imperador, além da generalização da anarquia “[contra] os Vassalos britânicos (...) para não testemunharem cenas as mais trágicas e funestas do que as de dezessete de outubro passado”.¹⁴ O levante de outubro, portanto, não tinha sido qualquer revolta contra as autoridades, mas o elemento realmente explosivo que tinha se alastrado pela província possuía nuances anti-europeias e os ingleses tinham consciência que, mais dia ou menos dia, a fúria dos desertores e escravos fugidos se voltaria contra eles, por causa da fragilidade das instituições locais. Daí a pressa em sair da província o quanto antes, no que solicitaram que o governo assumisse os débitos dos negociantes da praça com os estabelecimentos ingleses e os indenizassem pela perda e destruição de suas mercadorias.¹⁵

¹¹ Ofício da Câmara Municipal de Alenquer para o Governo Geral da Província, datado em 15/08/1824. Códice 789: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

¹² É sintomático que Jorge Hurley tenha dado ênfase à presença dessa revolta nas lutas que marcaram a província na década de 1830, dizendo que a tragédia do navio *Palhaço* foi “o principal fator da Cabanagem no Pará” (HURLEY, 1936, p. 121).

¹³ As reflexões que os autores István Jancsó e João Paulo G. Pimenta propuseram sobre as *identidades políticas coletivas* que caracterizaram o jogo político, sobretudo entre o fim do século XVIII e a crise do projeto do império luso-brasileiro, foram de extrema importância para pensarmos as possíveis lógicas construídas pelos grupos marginalizados da “sociedade política” amazônica (JANCÓS; PIMENTA, 2000, p. 127-175).

¹⁴ Ofício do Consulado Britânico para a Junta Provisória de Governo do Pará, datado em 29/02/1824. Códice 673: Cônsules (1814-1823). APEP

¹⁵ A sugestão do consulado britânico era a de que fosse formada uma comissão com negociantes britânicos, devedores

O clima de medo que parecia imperar na cidade do Pará, no entanto, passou a ser centrado nos acontecimentos que se davam ao longo do rio Tocantins. A Junta Provisória enviou, em 30 de outubro de 1823, a escuna *Andorinha* e a *Barca Artilheira nº 2*, para conter os exaltados ânimos que tomavam conta da vila de Cametá e que já tinham se espalhado por várias vilas e distritos adjacentes, destacando-se Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapú, Igarapé-Miri, Mojú, Conde, Beja até as localidades do arquipélago do Marajó, como Monforte e Muaná. Ao longo dos rios, igarapés e furos que ligavam essas várias localidades, grupos de sediciosos, sobretudo de indígenas, se comunicavam entre si e faziam ataques coordenados às embarcações de comerciantes europeus que transitavam por ali, construindo uma espécie de bloqueio para realizar os saques aos altos gritos de “Viva a *liberté!*”.¹⁶ A ação militar foi desastrosa. Ao invés de usarem a diplomacia para resolver a questão, como constava nas ordens da Junta para os comandantes de toda a região, os comandantes decidiram bombardear a vila de Cametá.¹⁷ Porém, a resposta dos habitantes da vila, provenientes das “baixas esferas”, foi arrasadora e impôs fragorosa derrota às tropas legalistas (RAIOL, 1970, p. 56-57)

Os últimos dois meses de 1823 foram de grande apreensão entre os que eram identificados, pelo olhar dos revolucionários, como inimigos da causa da Independência brasileira, principalmente para os brancos privilegiados, sobretudo os negociantes de grosso trato ligados à Lisboa e os que ocupavam cargos dirigentes na Província. A falta de informações exatas vindas da região do Baixo Tocantins e a chegada, na capital, de várias autoridades fugidas das vilas, faziam com que se instalasse um clima de verdadeiro terror em Belém, principalmente por conta de notícias que davam contada perigosa associação entre desertores e escravos nas revoluções que estavam em curso. Como intuito de proteger a capital da Província, a Junta Provisória expediu ordens confidenciais e urgentes para o comandante inglês John Pascoe Grenfell para que reforçasse as entradas do rio Tocantins, deslocando para as bocas dos rios Mojú e Acará uma barca artilheira para frustrar qualquer tentativa dos “soldados desertores reunindo-se queiram fazer algum desembarque na Cidade”,¹⁸ assim como deveriam ser formadas escoltas para transferir toda a pólvora que estava no quartel de São José Nolasco para bordo de algum navio¹⁹ e tornasse inacessível o acesso de qualquer pessoa ao trem das armas.²⁰

brasileiros e membros do governo para que fossem realizados os cálculos dos débitos e o pagamento destes pela junta provisional. Ofícios do Vice-Cônsul Britânico para a Junta Provisória de Governo, datados em 16/10/1823, 18/04/1824 e 05/05/1824. Códice 673: Cônsules (1814- 1823). APEP

¹⁶ Ofício do Capitão Joaquim José Jordão para o Governo Geral da Província, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

¹⁷ Segundo o trecho da ordem enviada para Igarapé-Miri, “não fará insulto e nem violência alguma, só no caso de ser atacado, pois não é da intenção do nosso Imperador esquentar os Povos”. Instruções para a Marcha para o Distrito de Igarapé-Miri Comandando a tropa que vai a seu cargo o Sargento João Mathias de Vilhena. Cametá, 24/01/1824. Códice 790: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP. Ofício da Junta Provisória do Pará para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, datado em 24/03/1824. Códice 757: Correspondências do Governo com a Corte (1823-1824). APEP.

¹⁸ Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 20/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

¹⁹ Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 19/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

²⁰ Ofício da Junta Provisória de Governo para o Comandante da Fortaleza da Barra de Belém, datado em 18/10/1823. Códice 758: Ofícios e Juntas a Grenfell (1823-1824). APEP.

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

Na correspondência trocada entre as instâncias do poder de Belém e de Cametá começou a se delinear lideranças desses movimentos revolucionários. Tratava-se, primeiramente, de Sebastião José Ribeiro, conhecido na região tocantinense pelo codinome de “Maneta” e considerado o maior “amotinador dos povos rústicos”.²¹ Todas as ações coordenadas para saquear os barcos comerciais, atacar as embarcações artilheiras oficiais e pressionar as autoridades da vila para confirmarem a independência com a expulsão dos europeus pareciam serem frutos das ações coordenadas pelo Maneta, que era considerado “um dos principais cabeças e comandante dessas desordens”.²² Indiciado em Auto de Sumário pelo juiz ordinário Manoel Barroso Bastos, Sebastião José Ribeiro tinha sido denunciado por alguns moradores da Vila de Cametá por vir “seduzindo [o Povo] há mais de um mês, ameaçando os Europeus que tinha do seu partido”, o que fazia armado de um machado todos os dias, convocando os indígenas para se reunirem em sua casa. O Maneta assumiu diretamente a virtual autoridade revolucionária sobre a vila, posto que deliberava ordens de sua casa para que os indígenas sob o seu comando formassem patrulhas e caçassem os europeus portugueses, dizendo em alto e bom som que “era chegado o tempo de se vingarem do que lhes tinham feito os Europeus”, chegando ao ponto de orientar alguns moradores que partiram para Oeiras que “todo o Europeu que topassem fossem matando, pois tinha recebido carta do Governo onde lhe determinava que os seguissem até o Inferno”.²³

O Maneta, no entanto, não estava sozinho nesse projeto de guerra racial que começava a se delinear entre as camadas revolucionárias da região. Várias são as referências feitas pelos dirigentes civis e militares a outro importante personagem dos levantes revolucionários no Baixo Tocantins, o tenente da Tropa de Índios Ligeiros de Cametá Filipe Euzébio Bahia. Filipe Bahia seria, no início de 1824, um dos grandes organizadores de escoltas indígenas atacaram as tropas vindas a mando da Junta Provisória da capital, sendo suas ações geralmente voltadas para o confisco de armamentos e munições que pudessem fortalecer as milícias sob seu comando. Segundo o relato do juiz ordinário da vila, Bahia entrava em cena sempre acompanhado de numerosa tropa de mais de cinquenta homens “armados de Espingardas, Arcos e flechas, Terçados e paus”, como aconteceu no dia 7 de janeiro, quando, por volta de duas horas da tarde, tinha chegado ao núcleo urbano de Cametá com seus homens e logo se dirigiu à casa do tenente coronel José Justiniano de Moraes Bittencourt para exigir que lhe fossem entregues todos os cartuchos e seus respectivos cunhetes de pólvora, “dizendo [que] queria o cartuchame que era para a defesa da Vila”, posto que o mesmo:

(...) tem espalhado que da Cidade estão a partir para cá embarcações de guerra para vir outra vez atacar a esta Vila, aqui se dão créditos pessoas de pouca monta, mas é nascido de algumas cartinhas incendiárias que de lá tem vindo dos Europeus, como José Maria Antonio da mesma condição, de

²¹ Auto de Sumário aberto contra Sebastião José Ribeiro, datado em 10/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

²² Ofício do Comandante do Terceiro Regimento de Cametá José Justiniano de Moraes Bittencourt para a Junta Provisória de Governo, datado em 10/11/1823. Códice 671: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

²³ Auto de Sumário aberto contra Sebastião José Ribeiro, datado em 10/10/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1814-1823). APEP.

sorte que o tal Bahia [e] o Maneta andam a rondar todas as noites pelas praias com escoltas, é verdade que ainda não fizeram mal a ninguém, mas continuam neste serviço voluntário ao que eu não tenho dado Providências porque não quero incendiar os ânimos, e assim pela paciência os vou acomodando, porque com força não se pode conseguir governar os Povos em um tempo que qualquer coisa parece muito e o tempo está para Prudência e mais Prudência, que de outra sorte não se consegue a tranquilidade que é o primeiro a que todas as Autoridades atiram, e se deseja.²⁴

Esses dois sujeitos, sempre “se valendo do nome da Independência e do Imperador”, agiam de forma ousada no espaço público da vila, posto que:

(...) despedindo escoltas a avisar o Povo em nome do Imperador, fazendo muitos insultos, e roubos e recolhendo os ditos roubos para suas casas, prometendo continuamente em altas vozes ao Povo Rústico, e aos desertores que aqui se achavam, que teriam três dias de saque na Vila, e cinquenta mil réis cada um, matando ao Juiz.²⁵

O sistema de controle militar de todo o Baixo Tocantins começou a entrar em colapso em 1824. Nos primeiros dias de janeiro, a rede sediciosa iniciada em Cametá já tinha se espalhado por Oeiras, onde “esta [Vila] está tomada por um grande número de Revolucionários”, que estariam a conquistar a adesão dos habitantes que viviam nos matos próximos à vila, tendo logo sido presos quatro revoltosos, entre eles um dos considerados “cabeças”, o ligeiro desertor Igino Antonio da Silva, que “se reconhecia já aqui por Governador”. Por ordem do “Governador” Igino, os indígenas e os desertores das milícias prenderam alguns europeus na cadeia pública da vila, pondo uma bandeira amarela²⁶ do movimento no mastro do porto.²⁷ Nas vilas do arquipélago do Marajó, Melgaço e Portel, foi identificado o capitão Manoel Gonzaga Lameira, que tinha chegado em Melgaço no dia 17 de janeiro “com um grande número de Índios do seu Comando”, passando dali para Portel, “de onde voltou com outro maior número dos mesmos daquela Vila e Soldados desertores”, passaram a prender, juntamente com outro “cabeça” de Macapá, todos os europeus na cadeia da vila, seguido de saques nos seus estabelecimentos comerciais.²⁸

²⁴ Ofício do Juiz Ordinário de Cametá Manoel Barroso de Bastos para a Junta Provisória de Governo, datado em 12/01/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP; Ofício do Major Comandante Manuel Marques para a Junta Provisória de Governo, datado em 14/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

²⁵ Ofício do Juiz Ordinário de Cametá Manoel Barroso de Bastos para o Presidente da Província do Pará José de Araújo Roza, datado em 05/07/1824. Códice 783: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

²⁶ Uma bandeira amarela foi encontrada entre os pertences dos revolucionários de Cametá. Cf. “Relação dos gêneros entregues pelo Sargento Francisco Nicolau Bastos apreendidos aos Cabeças das revoluções de Cametá”, Arsenal do Pará, 10/05/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

²⁷ Ofício do Juiz Ordinário e Presidente da Câmara da Vila de Oeiras João da Gama Mello, datado em 07/01/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

²⁸ Ofício do Tenente Comandante da Vila de Melgaço para a Junta Provisória de Governo, datado em 20/01/1824. Códice

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

Todos esses indícios apontam para ideia de que as revoluções de independência que emergiam dos extratos sociais marginalizados da Província do Pará possuíam certa organização hierárquica, identidade política própria e grande poder de ação coletiva diante dos representantes do poder constituído.²⁹ Nesse sentido, ganha notoriedade, para a nossa análise, a fala do vigário de Oeiras, Mathias de Souza Coelho, sobre as graves convulsões na região do Baixo Tocantins que “[suplantando] estava a quase de tudo, perdida ao vil capricho das Desordens e estímulos carnavais e ignorância do Povo”, nomeando os propósitos dos sublevados como “fatal Peste da República, que [a] tudo leva de Régio o seu arbítrio”.³⁰ Embora tenha se utilizado da “visão espasmódica” para reduzir as motivações políticas dos marginais ao suposto imediatismo de suas necessidades primárias, o prelado termina por reconhecer o sentido subversivo de *autonomia* que essas revoluções populares imprimiam à dinâmica local, se inserindo como um novo agente político no jogo do poder. O senso de que a ordem social estava como que fora do lugar era claro, posto que se valiam de uma série de símbolos de autoridade - como os usos do título de “governador”, de bandeiras e do toque de rebate – para legitimar os núcleos de poder que as comunas “republicanas” iam estabelecendo nas vilas e povoações da região do Baixo Tocantins.

Longe de ter qualquer base rigidamente doutrinária, o que é discutível inclusive para as camadas letradas da primeira metade do século XIX,³¹ a república “popular” se constituiu enquanto experiência vivida em coletividade, soldada a partir das diversas demandas dos que se consideravam cidadãos no novo Império brasileiro. Isso é substantivo quando visualizamos as circunstâncias em que os indígenas, pardos e, em menor proporção, os pretos, se investiam de poder, que consideravam ser patriótico, dirigindo-o contra os que rejeitavam a causa da independência brasileira.

Aliás, é importante notar que a construção da autonomia republicana no interior do Pará, embora tenha comumente sido associada a “tudo que leva de Régio”, ou seja, a uma suposta negação do regime monárquico de governo, conferia racionalidade às suas ações a partir dos decretos, alvarás e ordens imperiais, tendo como interlocutor privilegiado o próprio imperador. Com isso, grande parte das atitudes diante dos

786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

²⁹ É interessante notar que entre os pertences dos “cabeças” da revolução de Cametá foram apreendidos 2 escravos, o que pode sinalizar para as possíveis fraturas nos projetos políticos desses homens livres em relação à escravidão, assim como os limites de articulações com os negros cativos. Cf. “Relação dos gêneros entregues pelo Sargento Francisco Nicolau Bastos apreendidos aos Cabeças das revoluções de Cametá”, Arsenal do Pará, 10/05/1824. Códice 782: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

³⁰ “Atestação de Mathias de Souza Coelho, Presbítero Senhor do Hábito de S. Pedro, vigário interino da Vila de Oeiras”, datada em 09/03/1824. Códice 786: Correspondências de Diversos com o Governo (1824). APEP.

³¹ A historiografia tem discutido a experiência republicana durante a primeira metade do século XIX, apontando para a inexistência, nos círculos letrados e institucionais, de uma rígida doutrina de república de governo que pudesse questionar o regime monárquico, em termos de separatismo. A República parece ter sido muito mais um perigo fabricado pela historiografia conservadora do Segundo Reinado do que um movimento articulado para criar um outro Estado. As experiências republicanas, notadamente em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, tinham por base essa prática de autonomia regional e local que tinha por meta aumentar o poder de barganha dos grupos dirigentes provinciais nos círculos decisórios da corte imperial no Rio de Janeiro. Ver: MELLO, 2001; SILVA, 2006, p. 343-384; GUAZELLI, 2007.

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

representantes do poder provincial e local era representada a partir desse sentido de legitimidade, que procurava causar fissuras nas performances de governabilidade ainda muito atadas aos tempos de subordinação a Portugal sob a lógica do monarca D. Pedro I.

CONCLUSÃO

Os recortes temáticos feitos na documentação coeva da Independência brasileira na antiga Província do Grão-Pará estão longe de representarem a totalidade do que foi registrado daquela realidade. Existem outras “janelas” interpretativas interessantes que aparecem na documentação e que merecem ser exploradas. Esse é o caso, por exemplo, dos arranjos políticos circunstanciais estabelecidos entre essas lideranças indígenas revolucionárias e os grupos políticos que dirigiam as Câmaras locais. A ação política desses “povos rústicos” emerge da documentação com um sentido altamente político, dada a capacidade de articulação que possuíam em âmbito local, além de concepções e poder e projetos mais ou menos desenhados para a encaminhar a Independência que acreditavam ser a melhor para todos.

Neste trabalho, contudo, queríamos apresentar um quadro de ações e movimentos políticos engendrados no cotidiano social da região do Baixo Tocantins que foi durante longo tempo silenciado pela historiografia clássica da Adesão do Pará à Independência. O processo histórico aqui narrado propõe que, no contexto de toda a conhecida negociação política que levou a Província do Grão-Pará a aderir ao Império do Brasil – com seus fatos, datas, nomes célebres e comemorações -, também erguem-se das fontes históricas essas vidas que sonharam, lutaram e efetivaram revoluções de Independência ao longo dos rios, furos, vilas, povoações, lugares do interior.

Ao mentalizar a “Adesão do Pará à Independência do Brasil”, data magna do Estado desde 1995, quantos(as) de nós já ouvimos falar do “maneta” Sebastião José Ribeiro, de Filipe Euzébio Bahia, de Francisco José Sales, de Igino Antônio da Silva ou de Manoel Gonzaga Lameira? Legítimos líderes revolucionários de Cametá, Oeiras, Melgaço e Portel, esses nomes nada dizem sobre o passado da Amazônia, do Pará e do Baixo Tocantins, dado que, por sua natureza étnico-racial indígena, não foram considerados condizentes com o modelo de nação e de herói nacional que se quis construir pela História do Brasil. Este trabalho, contudo, pode ser encarado apenas como um rastro da existência de vidas e de projetos de nação e de futuro, que se perderam com o tempo, e que ainda estão por serem explorados nos arquivos, nos desgastados registros do nosso passado.

REFERÊNCIAS

- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão Negra na Amazônia (séculos XVII-XIX). Belém: Paka-Tatu, 2001.
- COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 53-118.

**“Morram os Europeus!”:
A Independência brasileira sob a ótica da revolução no Baixo Tocantins, Província do
Grão-Pará**

- GUAZELLI, César Augusto Barcellos. Federação ou confederação? Visões do federalismo na imprensa da República Rio-Grandense. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E MULTIDISCIPLINARIDADE: TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS. São Leopoldo: ANPUH, julho de 2007.
- HURLEY, Henrique Jorge. A Cabanagem. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): Formação: histórias. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000, p. 127-175.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARTIUS, Carl Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 6 (24), p. 381-403, 1845.
- MELLO, Evaldo Cabral de. A ferida de Narciso: ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- MENESES, Maria de Nazaré Ângelo-. Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins – Etat du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle et la première moitié du XIX^e siècle. These du Doctorat. Paris: Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, août 1998 .
- POCOCK, John. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.
- RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.
- SILVA, Luiz Geraldo. O avesso da independência: Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384.
- THOMPSON, Edward P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1916.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. 1º volume, Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.
- VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

Texto recebido em: 04/11/2024
Texto aprovado em: 05/03/2025